



Senado quer votar projetos da reforma política até setembro

De acordo com presidente da comissão que trata do tema, propostas precisam ser aprovadas logo para valerem nas eleições do ano que vem

Waldemir Barreto/Agência Senado



O presidente da Comissão da Reforma Política, Jorge Viana, afirmou que o Senado fará todos os esforços para que os projetos referentes ao tema, tanto os elaborados por senadores quanto os vindos da Câmara dos Deputados, sejam votados até o mês que vem. Temporária, a comissão fará hoje a primeira reunião após o

recesso parlamentar. Se os projetos forem aprovados dentro do prazo previsto por Jorge Viana, as novas regras valerão já nas próximas eleições municipais, em 2016. Antes do recesso parlamentar, os senadores aprovaram sete mudanças nas regras eleitorais. Seis propostas não tiveram consenso e poderão ser votadas na sessão de hoje do Plenário do Senado. **3**

O senador Jorge Viana, que preside a Comissão da Reforma Política: esforço para votar propostas logo

Brasil continuará recebendo haitianos

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, o embaixador Carlos Alberto Magalhães disse que a emissão de vistos permanentes de caráter humanitário a haitianos triplicou nos últimos meses e que o governo manterá a política de acolher os imigrantes do país caribenho. Haitianos que participaram do debate criticaram o estado dos abrigos. **6**

O haitiano Alix Georges afirma na audiência pública que as condições dos abrigos para imigrantes são precárias



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Debate aponta benefício de ações sanitárias para economia **7**

Será instalado hoje grupo sobre exploração do pré-sal **2**

Proposta visa tributar patrimônio milionário

A Comissão de Assuntos Sociais retoma a agenda amanhã com a análise de projeto que cria o Imposto sobre Grandes Fortunas. Pelo texto, de Antonio Carlos Valadares, patrimônios a partir de R\$ 2,5 milhões seriam tributados, com

alíquota mínima de 0,5%. O tributo pode chegar a 2,5% para fortunas acima de R\$ 40 milhões. A Constituição já prevê o imposto, mas, para ele ser cobrado efetivamente, é necessário o Congresso aprovar uma lei complementar. **2**

Chamadas não identificadas podem ser proibidas **7**

Publicada lei que dispensa tratores de licenciamento **8**

Acidente aéreo terá que ser informado por operador **8**

Proteção ao consumidor é destaque em comissão **7**

especial Cidadania

Brasil enfrenta os desafios da igualdade racial

Há cinco anos em vigor, o Estatuto da Igualdade Racial desperta opiniões contrárias sobre os resultados. Uma das polêmicas se refere à conferência da autodeclaração racial que dá direito à cota de 20% em concursos, prevista em lei posterior ao estatuto. No Itamaraty, programa paralelo de bolsas facilitou a aprovação de um ex-auxiliar de pedreiro. **4 e 5**

Ativista participa da cerimônia de lançamento no Brasil, pela ONU, da Década Internacional de Afrodescendentes



Marcello Casal Jr/ABR - 25/7/2015

Comissão vota criação de imposto sobre fortunas

Pelo texto em debate, patrimônio acima de R\$ 2,5 milhões pagaria 0,5% de tributo e fortunas de mais de R\$ 5 milhões teriam alíquotas maiores. Proposta regulamenta norma já prevista na Constituição

NA VOLTA AOS trabalhos amanhã, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para votar a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Previsto na Constituição, o tributo só entra em vigor com a aprovação de uma lei complementar. A comissão tem mais nove itens em pauta.

A proposta de criação do IGF é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O texto regulamenta o inciso VII do artigo 153 da Constituição, que estabelece a competência da União para tributar grandes fortunas. O alcance atinge patrimônio superior a R\$ 2,5 milhões, sobre o qual incidiria alíquota de 0,5%.

Outras quatro faixas patrimoniais para incidência do imposto são definidas no projeto: de R\$ 5 milhões até R\$ 10 milhões — alíquota de 1%; de mais de 10 milhões até R\$ 20 milhões — alíquota de 1,5%; de mais de R\$ 20 milhões até R\$ 40 milhões — alíquota de 2%; e de mais de R\$ 40 milhões — alíquota de 2,5%.

O PLS 534/2011 — Complementar estabelece a incidência do tributo sobre bens no país e no exterior de brasileiros, espólio e bens no país de estrangeiros domiciliados no Brasil.

Em caso de contribuintes casados, cada cônjuge será tributado em relação aos bens e direitos particulares e à metade do valor do patrimônio comum.

Os filhos menores também terão o patrimônio tributado



Senador Valadares é o autor da proposta para tributar patrimônios milionários

com o dos pais.

Se o IGF devido for superior a R\$ 1 mil, o contribuinte terá direito a parcelamento em até oito vezes.

O projeto determina ainda a atualização monetária anual dos valores de referência para a cobrança do imposto e estabelece quatro tipos de multa para devedores que descumprirem a obrigação: 1% do valor do imposto devido por mês de atraso na declaração anual do patrimônio; 50%, 100% ou 150% do valor do imposto apurado nas hipóteses, respectivamente, de subavaliação patrimonial, omissão de bem na declaração e fraude para ocultar o titular do bem ou mascarar seu valor.

Ao defender o projeto, Valadares ressaltou a intenção de não só criar um mecanismo de distribuição de renda, mas

também de reforçar o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para driblar questionamentos jurídicos, porém, preferiu indicar a aplicação prioritária, e não exclusiva, da arrecadação do IGF em ações de saúde pelo governo.

O relator na CAS, Benedito de Lira (PP-AL), recomenda a aprovação da proposta, com alguns ajustes de redação. Ele lembra que a criação do imposto é debatida desde a promulgação da Constituição. Já em 1989, recorda Benedito, o então senador Fernando Henrique Cardoso apresentou uma versão para a mesma proposta.

Em enquete realizada ano passado pelo DataSenado, em parceria com a Agência Senado, 78% dos votantes foram favoráveis ao imposto.

Ana Amélia pede melhor distribuição de recursos públicos

Preocupada com a situação das contas públicas dos estados e, especialmente, do Rio Grande do Sul, Ana Amélia (PP-RS) defendeu um novo pacto federativo para melhorar a distribuição do valor arrecadado com tributos.

No Rio Grande do Sul, disse, a situação obrigou o governo a parcelar os salários dos servidores, que ontem paralisaram serviços como bancos e escolas. Ela pediu mais transparência nas contas públicas:

— Que a sociedade conheça a contabilidade das contas, focadas na gestão, na transparência e na boa governança.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim presta solidariedade aos servidores gaúchos

Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem solidariedade aos servidores públicos do Rio Grande do Sul, que paralisaram os serviços porque o governo decidiu parcelar em três vezes o pagamento de quem ganha acima de R\$ 2.150.

Segundo o senador, a paralisação atinge cerca de 40 categorias, entre policiais, bombeiros, professores e servidores da saúde, e os ônibus não circulam porque os rodoviários temem a insegurança. Paim pediu que o governo dialogue para chegar a uma solução “o mais rápido possível”:

— O que fará um servidor, pai de família, mãe de família, como ficam suas contas? Salário em dia é direito sagrado.

Terceirização será discutida em mais cinco estados

Em agosto, o Senado fará audiências públicas no Piauí, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás para discutir o projeto de lei que regulamenta o trabalho terceirizado. A informação é do presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (PT-RS). O senador se comprometeu a visitar todo o país para debater a proposta, que aguarda votação no Senado.

Nas audiências já realizadas em 11 estados, a população tem sido contrária ao projeto, disse Paim. Ele explicou que, ao final das visitas aos estados, vai elaborar uma carta à nação que será entregue a representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ricardo Ferraço lamenta morte do ex-senador Joaquim Beato

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou a morte, aos 91 anos, em 28 de julho, de Joaquim Beato, ex-senador, professor e pastor da Igreja Presbiteriana no Espírito Santo. Segundo Ferraço, Beato se destacou na política, cultura e sociedade capixabas.

— Um sentimento de perda



Waldemir Barreto/Agência Senado

de todos os capixabas, que acompanharam essa extraordinária figura humana, essa liderança religiosa, política, que teve passagem marcante nos momentos em que a sociedade foi convocada para lutar por bandeiras que se faziam necessárias ao longo da nossa construção.

Colegiado sobre participação da Petrobras no pré-sal será instalado

Será instalada hoje, às 11h, a comissão especial que analisará o projeto que trata da participação obrigatória da Petrobras na exploração do petróleo do pré-sal. O PLS 131/2015 é de José Serra (PSDB-SP). A comissão, que será presidida por Otto Alen-

car (PSD-BA), foi criada por sugestão de Walter Pinheiro (PT-BA) em 30 de junho, dia em que o tema foi debatido por sete horas em sessão temática no Plenário. Na ocasião, houve divergências de opiniões entre senadores, especialistas e autoridades.

Conselho de Comunicação Social fará mudanças em seu regimento

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) fez ontem a primeira reunião com a nova composição, empossada em julho, e decidiu que até novembro mudará o regimento.

O vice-presidente do CCS, Ronaldo Lemos, será o rela-

tor da mudança. Ele e outros dois conselheiros compõem um grupo de trabalho que decidirá até setembro a dimensão da reforma do regimento.

A alteração tem a ver com a eleição de membros para o conselho.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Dados pessoais

9h Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, estão 38 itens. Entre eles, projeto que dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais e o que disciplina o requerimento e a emissão eletrônica de certidões.

CMA Controle de recursos públicos

9h30 A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor tem reunião deliberativa com 19 itens. Entre eles, a proposta que amplia os mecanismos de controle de recursos federais repassados a estados e municípios e o projeto que fixa prazo para apurações de infrações contra o consumidor.

CONGRESSO Cooperativas

10h O Congresso Nacional promove sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo e os 45 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras.

PRÉ-SAL Participação da Petrobras

11h Instalação da comissão especial para análise do PLS 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção do pré-sal.

CPI DA CBF Plano de trabalho

14h A CPI da CBF se reúne para apresentação do plano de trabalho.

CMO Reunião de líderes

14h Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento.

PRESIDÊNCIA Sessão plenária

14h Renan Calheiros preside a sessão deliberativa extraordinária.

PLENÁRIO Reforma política

14h Continuum na pauta as propostas aprovadas pela Comissão da Reforma Política.

REFORMA POLÍTICA Cronograma

14h30 A Comissão da Reforma Política discute o plano de trabalho para o segundo semestre.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

De acordo com Jorge Viana, que preside comissão encarregada do tema, haverá um esforço para que os projetos sejam aprovados logo e valham já na eleição de 2016

Reforma política deve ser votada até setembro

O PRESIDENTE DA Comissão da Reforma Política, Jorge Viana (PT-AC), anunciou ontem que haverá um esforço do Senado para votar todos os projetos da reforma política até setembro para que as mudanças aprovadas possam valer para as eleições municipais de 2016.

A informação foi dada por Viana em entrevista ao programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado.

A comissão temporária fará uma reunião hoje, às 14h30, para discutir o plano de trabalho. E o Plenário do Senado deve voltar a discutir projetos da reforma política também hoje.

Os senadores encerraram o semestre tendo aprovado sete propostas sobre o tema. Outras 6 — de um total de 13 em análise — tiveram a discussão adiada por falta de acordo e entraram na pauta desta semana. Isso aconteceu para que as propostas, que tramitam em regime de urgência, sejam comparadas com o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados (PLC 75/2015) que muda as regras eleitorais e partidárias.

Viana explicou que a co-



O senador Jorge Viana, que preside a Comissão Temporária da Reforma Política, concede entrevista a jornalistas

missão fará um esforço para votar as propostas que vieram da Câmara e aquelas que têm origem no Senado.

— Nós vamos ter que atuar em duas frentes: seguir com a comissão, discutindo aquelas matérias que possam ganhar consenso e com isso serem recepcionadas pelo Plenário do Senado e pelo da Câmara e, ao mesmo tempo, apreciar

as matérias que já chegaram da Câmara — explicou.

Campanhas

O projeto já aprovado pelos deputados sobre o tema (PLC 75/2015) sugere alterações em três leis: a dos Partidos (9.096/1995), a das Eleições (9.504/1997) e o Código Eleitoral (4.737/1965). Entre as mudanças propostas, o texto

diminui o tempo das campanhas eleitorais, modifica os critérios para a distribuição do tempo de cada partido na propaganda eleitoral e visa reduzir os gastos das campanhas.

No Plenário do Senado, constam na pauta de hoje seis propostas sobre o tema. Uma delas prevê novas eleições se o eleito em cargo majori-

tário (prefeito, governador, senador e presidente) for cassado ou perder o mandato por qualquer outro motivo, independentemente do número de votos anulados (PLS 442/2015).

— Eu acredito, sinceramente, que nós temos, sim, algo com substância para votar na reforma política. Estamos mexendo nos custos das campanhas, no calendário eleitoral, buscando fortalecer a atividade partidária, moralizar a atividade política partidária — disse Viana.

LDO

Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, o senador afirmou que é preciso que o rito de análise seja cumprido. A proposta deveria ter sido votada até 17 de julho, mas a maioria dos membros da Comissão Mista de Orçamento (CMO) optou por votar o texto apenas quando fossem retomados os trabalhos do Congresso.

— Eu espero que se cumpra esse rito porque uma das razões de ser do Congresso é aprovar a LDO e apreciar o Orçamento, que está para chegar no fim deste mês — explicou.

Viana defende diálogo do Planalto com a oposição

Jorge Viana (PT-AC) disse ontem que a proposta do governo de diálogo com a oposição é legítima e necessária, mas chega atrasada. Ele disse que a conversa deveria ter ocorrido no ano passado, após a eleição, por entender que quem ganha deve buscar diálogo com o derrotado e a sociedade visando à solução dos problemas do país.

O senador advertiu que o enfrentamento entre PSDB e PT não faz bem ao país e que é preciso um diálogo isento de vínculos partidários, que vise à continuidade das investigações sobre corrupção e à busca de soluções.

— Acho que cabe a quem ocupa a função da Presidência da República procurar o diálogo, seja com quem for, pensando o país, o fortalecimento da apuração dos malfeitos, mas pensando essencialmente como vamos superar essa fase e fazer com que o Brasil siga em frente num ambiente ainda melhor.

Viana também protestou contra o ataque à bomba, na sexta-feira, ao Instituto Lula, em São Paulo. Ele atribuiu o ataque ao clima de intolerância no país.



Cristovam: conversa pode ajudar a vencer crise política

Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou a classe política a “tomar as rédeas” do diálogo e redefinir os rumos do Brasil. Ele advertiu que, se nada for feito ante a crise política, as dificuldades do governo Dilma Rousseff podem respingar em todos os políticos.

O senador lembrou que há muito tempo era possível prever o resultado dos desajustes na economia e o preço das “mentiras” da campanha eleitoral. Para ele, esses fatores tornam difícil a governabilidade nos próximos três anos e meio do mandato de Dilma, mas não constituem motivos suficientes para interromper o mandato presidencial.

Cristovam cobrou um diálogo político para além do calendário eleitoral e criticou o radicalismo partidário.

Para Cássio, governo precisa reconhecer erros

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que cresce o número de brasileiros “decepcionados, frustrados, revoltados e indignados” com as notícias da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que investiga a corrupção na Petrobras, e com as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país.

Ele disse que a oposição nunca esteve fechada ao diálogo com o governo:

— O que a oposição coloca como pré-requisito indispensável para que se crie qualquer ambiente de discussão é o reconhecimento de erros graves que foram praticados e, mais do que isso, um pedido formal de desculpas ao povo brasileiro. Infelizmente, não assistimos a qualquer gesto do governo que aponte nessa direção.



Alvaro afirma que Justiça não protege poderosos

Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou a atuação do Ministério Público, da Polícia Federal e da Justiça Federal no combate à corrupção. O senador afirmou que as três instituições agiram com “ousadia e independência, destruindo o conceito de que a Justiça protege os poderosos”.

Alvaro disse apoiar as dez medidas propostas pelo Ministério Público para melhorar o combate à corrupção. As medidas serão divulgadas na sexta-feira e precisam de 1,5 milhão de assinaturas para serem apresentadas como projeto de lei de iniciativa popular no Congresso.

Entre as propostas, estão a criminalização do enriquecimento ilícito de agente público, a responsabilização de partidos políticos e a punição adequada à corrupção.

País só sairá da crise se equilibrar contas, diz Ataídes

“O Brasil vive um dos momentos mais conturbados de sua história”, disse ontem Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Ele reclamou que nunca a aprovação do governo esteve tão baixa. A inflação se aproxima dos 10%, a taxa básica de juros está em 14,25% e o desemprego cresce.

Segundo o senador, como resultado da queda de credibilidade, famílias, empresários e trabalhadores perderam a confiança no futuro. Por isso, não consomem, não investem e não produzem, o que agrava a situação do país.

— O Brasil só conseguirá sair desta terrível crise por meio do equilíbrio das contas públicas, do corte de ministérios e de cargos comissionados. Temos 26 mil cargos comissionados e os Estados Unidos não têm 7 mil.



As novas cores da (des)igualdade racial

Lei que estabelece regras e princípios no combate à discriminação completa cinco anos com desafios a superar, como casos de racismo, suspeitas de fraude em concursos e críticas sobre os resultados alcançados

Marcio Maturana

O ESTATUTO DA Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) completou cinco anos no dia 20, em meio a polêmicas sobre os resultados do combate ao preconceito. Dois dias depois, foi noticiado que um médico carioca branco e de olhos verdes pela segunda vez se candidatou como cotista afrodescendente no concurso deste ano para diplomata do Itamaraty, cujas provas começaram no domingo (leia texto abaixo). E ainda reverberavam as agressões raciais feitas no Facebook, no início de julho, à jornalista Maria Júlia Coutinho, da TV Globo. A própria efetividade do estatuto gera opiniões muitas vezes contrárias entre os que lutam pela equiparação de direitos, tanto que a ONG Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) vai pedir à Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado uma audiência pública para fazer um balanço desses cinco anos.

Com 65 artigos, o estatuto define diretrizes nas áreas da educação, cultura, lazer, saúde e trabalho, além da defesa de direitos das comunidades quilombolas e dos adeptos de religiões de matrizes africanas. O projeto tramitou durante sete anos no Congresso, terminando com rejeição integral de 4 artigos e incorporação de 11 emendas

de redação. A primeira versão do texto, apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) em 2003, sofreu várias modificações tanto na Câmara quanto no Senado.

Foram eliminados artigos que previam cotas nas universidades federais e escolas técnicas públicas, reserva de 10% das vagas de cada partido ou coligação, mudança no Código Penal para dispensar a exigência de representação do ofendido para processamento de crimes contra a honra (injúria, calúnia ou difamação) de funcionário público em razão da etnia e permissão ao poder público para dar incentivos fiscais a empresas com mais de 20 empregados que mantivessem pelo menos 20% de trabalhadores negros.

— Entre o ideal e o possível, há uma grande distância. O Estatuto foi uma grande vitória. De forma pontual, ele sempre poderá ser aperfeiçoado. Mas foi um marco. Lembro uma frase do [então presidente] Lula no momento da sanção: “Alguns me disseram que, devido a algumas questões, eu não devia sancionar. Se eu fosse esperar, daqui a 100 anos eles estariam lamentando a oportunidade perdida” — disse Paim.

O frei David dos Santos, diretor-executivo da Educafro, entende que o governo “cedeu demais” na tramitação do projeto e que direitos posteriores,

como cotas de 20% para negros nos concursos federais, foram conquistados sem ajuda do estatuto. Na opinião dele, nos últimos cinco anos, houve até retrocessos nas conquistas.

— Antes do estatuto estávamos avançando bem. Mas há cinco anos temos uma lei apenas autorizativa, em vez de determinativa. Os bancos tinham assinado um termo de ajuste de conduta para inclusão racial nas contratações. Após a assinatura do estatuto, eles abandonaram o plano — exemplificou.

Conquista do país

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Nilma Lino Gomes, tem uma visão diferente: ela defende que o estatuto seja visto como uma conquista do país. Em coro com o senador Paim, Nilma afirma que o fato de alguns pontos da proposta inicial terem sido suprimidos não invalida o teor e alcance do estatuto. A ministra cita medidas criadas com base nas disposições do estatuto: a Lei 12.990/2014, que instituiu 20% de cotas para negros no serviço público federal pelos próximos dez anos, e regras do Ministério do Trabalho criadas neste ano para incluir políticas de promoção da igualdade racial.

Ainda com base no estatuto, a secretaria criou a Ouvidoria



Frei David dos Santos e Paulo Paim participam de audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado: projeto do estatuto tramitou durante sete anos no Congresso

Nacional da Igualdade Racial — que registra, apura e acompanha casos de racismo e discriminação racial no país. Já passaram pela ouvidoria mais de 1,7 mil denúncias, número que cresce à medida que o serviço é conhecido pela sociedade (219 em 2011, 413 em 2012, 425 em 2013, 448 em 2014 e 270 até junho de 2015).

Paim acrescenta que avanços possibilitados pelo estatuto a questão da titularidade das terras dos quilombolas, o fortalecimento da luta pelo trabalho igual e salário igual, muitas conquistas nas áreas de segurança, saúde e educação para a população negra e a criação de novos instrumentos de combate ao racismo.

— Estatutos têm que ser apropriados pela população. O povo tem que conhecer cada vez mais e exigir que ele seja cumprido.

Para isso, seria fundamental que governadores, prefeitos, vereadores e iniciativa civil imprimissem o estatuto e distribuissem — sugeriu o senador.

Baixa representação

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, mais da metade da população brasileira não é branca: 53,1% (soma de quem se declara preto e pardo). Essa maioria, porém, não se repete no mundo acadêmico, por exemplo. Entre os 387,4 mil pós-graduandos brasileiros, há o desequilíbrio de 270,6 mil brancos (69,8%) e 112 mil negros (28,9%).

Na política, a representação da população negra também é desproporcional. Nenhum dos 27 senadores eleitos no ano passado se declarou negro. Apenas cinco se declararam pardos: Gladson Cameli (PP-AC), David

Alcolumbre (DEM-AP), Romário (PSB-RJ), Fátima Bezerra (PT-RN) e Telmário Mota (PDT-RR). Como esta foi a primeira eleição em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inseriu a pergunta sobre a cor da pele na ficha de inscrição dos candidatos, não há registro oficial de como se consideraram os 54 senadores eleitos em 2010.

Na Câmara, quase 80% dos deputados se declararam brancos. Dos 27 governadores eleitos em 2014, não há nenhum que tenha declarado ser negro à Justiça Eleitoral. No serviço público, o governo estima 30% de negros. Em alguns cargos de alta remuneração, como diplomatas e auditores, a presença dessa etnia é inferior a 10%.

— Nós, negros, estamos economicamente despossuídos e, consequentemente, com o poder político fragilizado. Esta-

mente investindo na consciência do povo negro e o que não vier por amadurecimento do poder político branco virá por outros caminhos — afirmou frei David.

Dois dias após o aniversário do estatuto, a ONU lançou no Brasil a Década Internacional de Afrodescendentes, que vai de 2015 a 2024. As atividades brasileiras serão desenvolvidas sob a coordenação da Seppir, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. No lançamento, a ministra Nilma conclamou toda a sociedade para a continuidade da luta pela superação do racismo.

A Constituição define racismo como “crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão”. O texto também apresenta como um dos objetivos fundamentais da República a promoção do “bem de todos, sem preconceito de origem,

raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Neste momento de avanços pela igualdade racial, frei David diz que já esperava aumento de manifestações racistas, como as sofridas pela jornalista da TV Globo e as verificadas recente-

mente em jogos de futebol.

— Ninguém desamarra um pêndulo esperando que ele vá imediatamente parar de balançar. Após ser desamarrado, ele primeiro irá até o outro lado. Com o tempo e com o balanço, vai encontrar o equilíbrio.



Ministra da Igualdade Racial, Nilma participa de lançamento de década com a ONU

Pontos principais do estatuto

- SAÚDE** Criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com participação de lideranças sociais no controle social do SUS; produção e conhecimento científico e tecnológico sobre saúde dos negros; e produção de comunicação e informação para reduzir vulnerabilidades da população negra.
- EDUCAÇÃO** História geral da África e da população negra no Brasil torna-se obrigatória nos ensinos fundamental e médio (rede pública e particular). Cursos de pós-graduação podem criar incentivos a pesquisas e programas de estudo de temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e a questões pertinentes à população negra.
- TRABALHO** Igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, com incentivo do governo para isonomia nas contratações e financiamento para políticas de inclusão formuladas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- CULTURA** Reconhecimento, como patrimônio histórico, de clubes, sociedades negras e outras associações com trajetória histórica. Reconhecimento da capoeira como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural.
- RELIGIÃO** Liberdade para cultos de matrizes africanas, com proteção aos locais de manifestação.
- COMUNICAÇÃO** Incentivo a participação de atores, figurantes e técnicos negros em filmes e programas de TV e publicidade. Valorização da herança cultural negra.
- ORÇAMENTO** Na execução de programas e ações constantes do Plano Plurianual e do Orçamento da União, devem ser observadas políticas públicas para promoção da igualdade e da inclusão social da população negra. Foi criado o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) para facilitar a aplicação das normas.
- PUNIÇÕES** Prisão de dois a cinco anos para quem obstar promoção funcional no setor público ou privado por discriminação de raça, cor, etnia, religião ou origem nacional ou étnica. Mesmo tempo de prisão para quem negar equipamentos necessários ao empregado.

Estados e municípios têm incentivo para promover equidade

O Estatuto da Igualdade Racial determinou a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), com o objetivo de estender a política de promoção de equidade racial para todas as esferas de governo, inclusive municipais e estaduais.

Para fazer parte do Sinapir, o município ou estado precisa ter um órgão governamental e um conselho destinados à questão da igualdade racial. Isso é fundamental para tornar a questão uma política de Estado. Atualmente 17 municípios e 4 estados integram o sistema e diversos outros já iniciaram o processo de adesão.

Na sexta-feira, o *Diário Oficial da União* publicou uma portaria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial que prorroga até o dia 14 a entrega de propostas para seleção de projetos que contribuam para a implementação do Sinapir. Estados, municípios e consórcios públicos que ainda não inscreveram projetos terão mais duas semanas de prazo. A divulgação do resultado final da chamada pública acontecerá no dia 31. Serão destinados R\$ 4.576.713 para financiamentos de projetos como aquisição de bens, capacitação, elaboração de planos de igualdade racial, criação e funcionamento de órgãos e conselhos, projetos de comunicação; ações voltadas para a saúde da população negra e de fomento a empreendimentos associativos de comunidades quilombolas; entre outros.

Desde antes das cotas, bolsa busca garantir disputa justa

Ex-auxiliar de pedreiro, Jackson Luiz Lima Oliveira passou no concurso para diplomata em 2008. Ainda não havia a Lei de Cotas, mas ele teve direito a uma ação afirmativa que o Itamaraty oferece há 13 anos: o Programa Bolsa-Prêmio de Votação para a Diplomacia. São R\$ 25 mil anuais, em dez parcelas mensais, para o candidato negro ou pardo custear despesas com professores, livros e cursos preparatórios. O benefício pode ser renovado até quatro vezes — desde que o candidato passe na seleção da bolsa em cada uma das renovações. Como diplomata, Oliveira ficou três anos trabalhando na África e hoje é assessor do diretor do Departamento de África.

— O programa é importante porque iguala os candidatos. Não conseguiu reverter ainda, porque é uma questão histó-

ca, a deficiência da quantidade de negros no Itamaraty. Mas os dados mostram que 6% dos estudantes beneficiados no programa de bolsas foram aprovados. No público em geral, esse índice é de apenas 1% dos candidatos — afirmou Oliveira. O diplomata calcula que, com a Lei de Cotas e o programa de bolsas, em 10 anos o Itamaraty terá 60 negros — o triplo do que entrou em 12 anos pelo programa de bolsas. Ele afirma que nunca entrou tanto negro em tão pouco tempo na diplomacia.

Durante dois anos, Oliveira foi entrevistador na segunda fase da seleção dos bolsistas, quando o candidato apresenta um plano de estudos e faz uma redação sobre a vivência como afrodescendente.

— A gente sugere que essa mesma metodologia, de entre-

vista e redação da experiência pessoal, seja usada pelo Itamaraty na diplomação de quem se declarou negro no concurso.

Para a verificação da auto-declaração de negro, Oliveira aponta como exemplo o recente Edital 32 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicado em 29 de junho, para o curso de analista de planejamento e orçamento. Lá está prevista a instalação de uma comissão de verificação antes da segunda fase. Isso evita que um suposto fraudador só seja desmascarado no final do concurso, quando candidatos verdadeiramente negros já tenham sido eliminados. Oliveira sugere também que seja usada a mesma comissão para todos os candidatos, evitando subjetividade. O edital do Ministério do Planejamento, segundo ele,

pode servir como padrão para toda a administração federal.

— Esse edital prevê que mesmo quem passar na ampla concorrência vai à banca e perde a vaga em caso de declaração fraudulenta. Isso cria consangüinidade para quem quer se aproveitar das cotas — diz.

O diplomata defende também que a decisão da comissão verificadora seja sempre unânime. Ele acredita que a unanimidade e a banca única, com os mecanismos de entrevista e redação sobre a experiência pessoal, podem evitar casos como o dos gêmeos Alan e Alex Teixeira da Cunha, filhos de pai negro e mãe branca, que em 2007 se inscreveram pelo sistema de cotas raciais para o vestibular da UnB. Por meio de fotos, Alan foi considerado negro; Alex, não. Devido à repercussão, a UnB



O diplomata Jackson Oliveira, ex-auxiliar de pedreiro, defende ações afirmativas

reviu a decisão e incluiu os dois como candidatos cotistas. No resultado final, porém, nenhum dos dois conseguiu a aprovação.

— Se todos os dez integrantes da banca não veem o candidato como negro, a sociedade não o vê como negro. O caso dos gêmeos na UnB não diz que o mecanismo de bancas verificadoras é falho, mas que pode haver subjetividade. Em relação

a brancos pobres, a gente não vai tirar direito de um por causa do direito de outro. Por exemplo: começamos com 20% de cotas para negros na UnB e outras federais. Depois aumentamos para 50%, incluindo 30% alunos de escola públicas. Quando um médico branco de olhos verdes se declara pardo para pegar a vaga, não é questão econômica; é uma questão de desonestidade.

Itamaraty e Exército na mira do Ministério Público

Domingo começaram as provas do concurso do Itamaraty, também em meio a polêmicas sobre combate à desigualdade racial. Na quinta-feira, o Ministério das Relações Exteriores teve que explicar ao Ministério Público como é a checagem dos candidatos que se autodeclararam negros para se enquadrarem na cota de 20%. O Itamaraty respondeu que não detalhou no edital um mecanismo de verificação porque ele não é previsto na Lei 12.990/2014 e que checar as auto-declarações agora, na fase inicial, poderia tumultuar o concurso. A lei — que ainda não foi regulamentada — prevê eliminação caso se identifique declaração falsa, mas não detalha como isso deve ocorrer. A resposta ainda está sendo analisada pela procuradora

da República Ana Carolina Alves Araújo Roman, que nos próximos dias vai decidir que providência tomar. Na semana passada, ela entrou com uma ação para obrigar o Exército a reservar 20% de vagas para negros no concurso para formação de cadetes, com novo prazo de inscrições. O Exército havia alegado que não aplica a Lei de Cotas porque não considera servidores públicos os militares. Frei David disse que a Educafro vai propor um seminário ao Exército e à Aeronáutica.

No caso do Itamaraty, o questionamento da procuradora foi feito porque o médico carioca Mathias Abramovic, branco e de olhos verdes, mais uma vez se inscreveu no concurso como cotista. Ele se considera afrodescendente alegando ter uma bisavó paterna negra

e avós maternos pardos. Em 2013, Abramovic passou na primeira e na segunda fases da seleção com uma média que só o levou adiante porque estava nas vagas reservadas a negros. Foi reprovado na terceira fase. O concurso neste ano oferece 30 vagas, 6 delas para negros e pardos. São 5.271 candidatos na ampla concorrência e 671 para as vagas de afrodescendentes, além de 61 para as vagas reservadas a portadores de deficiência. O resultado final deve ser divulgado em dezembro, após quatro etapas, e o salário inicial é de R\$ 15.005,26.

— Não podemos condenar trabalhos de fôlego como o estatuto e a Lei de Cotas por causa de algumas exceções. Quem tenta burlar a lei é que deve ser criticado e responder pelos atos! — afirmou Paim.

Saiba mais

Estatuto da Igualdade Racial
http://bit.ly/IgualdadeRacial

Lei de cotas para negros
http://bit.ly/Lei12990

Programa de ação afirmativa do Itamaraty
http://bit.ly/AcaoAffirmativa

Década Internacional de Afrodescendentes
http://decada-afro-onu.org

Edital do concurso do Ministério do Planejamento
http://bit.ly/EditalEsa32

Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial (para denúncias de injúria racial e racismo)
ouvidoria@seppir.gov.br
(61) 2025-7000

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Em audiência, representante do Itamaraty disse que número de vistos humanitários triplicou nos últimos meses e que Brasil continuará recebendo imigrantes do país caribenho

Brasil aumenta emissão de visto para haitianos

UMA DAS MAIORES preocupações do Ministério das Relações Exteriores é evitar que os haitianos caiam nas mãos de traficantes e “coiotes”. Por isso, o Brasil iniciou um processo para acelerar a emissão de vistos na embaixada brasileira em Porto Príncipe. A situação dos imigrantes foi tratada ontem numa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo o embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, a emissão de visto permanente de caráter humanitário em Porto Príncipe saltou de 600 para 1,8 mil por mês desde junho.

— É preciso que a população se convença de que a rota legal é a melhor alternativa. Desde 8 de junho, são 470 vistos por semana. É preferível esperar um ou dois meses e conseguir visto no consulado brasileiro a cair nas mãos de coiotes — afirmou o embaixador.

Ele disse que o Brasil não vai mudar a política de acolhimento dos imigrantes e que o fluxo migratório não deve assustar o país.

— O Itamaraty continuará prestando essa assistência, continuará concedendo os vistos enquanto prevalecer a atual política de caráter huma-



Haitianos participam de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre situação dos imigrantes no Brasil

nitário, que não tem perspectiva de terminar a curto prazo — assegurou o embaixador.

Ele calcula que existem hoje no Brasil entre 60 mil e 70 mil haitianos, mais do que os 50 mil oficialmente estimados.

Embora tenham reconhecido o acolhimento humanitário do Brasil, os haitianos Alix Georges e Fedo Bacourt reivindicaram melhores condições nos abrigos e mais atenção dos governos estaduais e das prefeituras. Eles também denunciaram o desrespeito de muitas empresas à legislação trabalhista. Reclamaram ainda de violações de direitos humanos da força militar internacional presente no Haiti e defenderam a retirada dos

militares do país.

— Não precisamos de 9 mil estrangeiros. O Haiti não é um país violento e não tem guerra civil que mereça a presença de militares — reclamou Georges.

O coordenador-geral do CSP-Conlutas, José Maria de Almeida, disse que é crescente o número de casos de haitianos submetidos a condições de escravidão em empresas brasileiras.

— Temos muitos picaretas que, na tentativa de aumentarem seus lucros, aproveitam-se da vulnerabilidade dos estrangeiros e os obrigam a trabalhar em condições inaceitáveis para um trabalhador brasileiro — lamentou.

Ele sugeriu que o dinheiro

gasto pelo governo brasileiro para manter militares no Haiti seja empregado, por exemplo, na melhoria dos abrigos.

— Um país das dimensões do Brasil não pode assegurar um abrigo minimamente decente em São Paulo? Será que não temos dinheiro para isso neste país?

Jorge Viana (PT-AC) disse que, apesar de todas as dificuldades, o governo do Acre tem feito um “trabalho extraordinário” com os haitianos que chegam ao estado, oferecendo alojamento, atendimento médico, comida e assistência social.

— Acho um desrespeito, pois a imprensa noticia apenas como se o Acre estivesse

importando imigrantes e os distribuindo para o Sul e o Sudeste para incomodar prefeitos e governadores. Na verdade, o trabalho humanitário feito pelo governo é extraordinário.

O senador disse que só quem conhece ou esteve no Acre tem a dimensão da dificuldade que é receber tanta gente necessitada de ajuda num curto espaço de tempo:

— Estamos lidando com um problema que é de todos. Que estado está preparado para receber 40 mil imigrantes em três anos? O Acre recebeu e não houve nenhum elogio. Pelo contrário, só houve críticas.

Conforme o secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, se não tiver problema com a documentação, cada haitiano fica no Acre em média por 15 dias.

Segundo ele, o número de haitianos que chegam de forma irregular está diminuindo, mas o governo ainda tem desafios, como assegurar dinheiro para melhorar a estrutura do abrigo e melhorar a inserção social do imigrante e até a comunicação, visto que não há nem sequer um profissional para fazer a tradução. O abrigo pode atender 150 pessoas. Hoje são 300 — mas já chegou a ter mais de 1,1 mil imigrantes.

A audiência pública foi presidida por Paulo Paim (PT-RS).

Acordos internacionais e sabatinas estão na pauta de comissão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne na quinta-feira, a partir das 10h, para votar cinco acordos internacionais e, em seguida, sabatar dois diplomatas indicados para comandar as embaixadas do Brasil no Senegal e na Suíça.

O PDS 180/2015 aprova o texto do acordo entre o Brasil e a República da Sérvia que tem o propósito de promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, especialmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento militares, incluída a troca de experiências e o desenvolvimento de programas e projetos; apoio logístico; aquisição de produtos e serviços de defesa; troca de informações e experiências

em temas de segurança; operação de equipamento militar; realização de exercícios militares conjuntos; e treinamento e instrução militar.

O PDS 181/2015 aprova texto de acordo celebrado entre o Brasil e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O acordo estabelece que a cidade do Rio de Janeiro será a sede do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde.

O PDS 212/2015 é relativo a acordo entre Brasil e Polônia e reflete a tendência de estender aos dependentes dos servidores das missões diplomáticas e repartições consulares a oportunidade de trabalhar no exterior.

O PDS 213/2015 trata de um acor-

do entre Brasil e Suriname que visa ao fortalecimento da cooperação educacional no âmbito da educação avançada; à formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; ao intercâmbio de informações e experiências; e à cooperação entre equipes de pesquisadores.

Já o PDS 229/2015 é relativo a um acordo entre Brasil e Uruguai para a criação de um plano de ação conjunto para alavancar o tratado de cooperação de ambos os países que prevê massificação de banda larga.

Após as votações, os senadores que integram a CRE devem sabatar os diplomatas Flávio Hugo Lima Rocha Junior e José Borges dos Santos Junior.

O primeiro foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para comandar a embaixada brasileira no Senegal, cumulativamente com a embaixada na Gâmbia. Já o segundo foi indicado para a embaixada na Suíça, que comandará cumulativamente com a embaixada em Liechtenstein.

A comissão também analisa pedido de Lindbergh Farias (PT-RJ) para a realização de uma audiência pública com o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger.

O senador enfatiza que Unger, na condição de ministro, já possui uma extensa agenda acertada de reuniões com autoridades de outros países.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Vigilância sanitária ajuda economia, diz debatedor

Em audiência, participantes disseram que ações sanitárias não devem ser vistas como repressivas, mas como responsáveis por proteger saúde e organizar atividades econômicas

UM DOS PRINCIPAIS desafios da vigilância sanitária é garantir a proteção da saúde sem impedir o desenvolvimento econômico. Essa foi a opinião de alguns dos participantes de audiência organizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A audiência foi sugerida por Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.

Alessandro Chagas, que representou o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) na audiência pública, explicou que a vigilância sanitária nos municípios pode abrir caminho para o desenvolvimento sustentável. Isso acontece porque, com a aplicação das normas sanitárias, acaba havendo uma regulação de atividades econômicas.

Como exemplo, citou o queijo de um produtor de Alpinópolis (MG) que, apesar de ser conhecido e fabricado há 40 anos, não tinha registro. Após uma visita da vigilância sanitária, em vez de ter o negócio fechado, o produtor foi orientado sobre as normas e acabou conseguindo o registro. Hoje tem um negócio



Segundo os especialistas, atuação correta da vigilância sanitária pode colaborar com o desenvolvimento sustentável

que está dentro das normas e emprega mais de 20 pessoas.

— É essa vigilância sanitária que os municípios querem, na qual acreditam e que temos defendido — disse.

O representante da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde na audiência, Cláudio Maierovitch, concorda. Para ele, apesar de muitas vezes ser vista como ameaça por produtores, a vigilância pode contribuir para a modernização das atividades econômicas.

Geraldo Lucchese, repre-

sentante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), afirmou que, com a circulação de produtos entre países, é natural que se pense em uma globalização do controle sanitário. Para pequenos produtores, como o de Alpinópolis, no entanto, talvez essa norma única não seja benéfica. Entender essas especificidades é um desafio para a vigilância.

— Essa homogeneização tira toda a riqueza da diversidade. Não só da biodiversidade, mas da diversidade social, da

diversidade cultural de cada local, de cada cultura, de cada produto — disse Lucchese.

Proteção

Outro desafio apontado pelos participantes é a melhoria da relação com a sociedade. O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa, disse que mesmo a população que não usa os serviços públicos de saúde do SUS se beneficia das ações da agência. Grande parte da população não sabe disso.

Assessora do gabinete do

presidente da Anvisa, Doriane Patrícia Ferraz de Souza falou sobre a atuação da agência. Segundo ela, a Anvisa trabalha em diferentes áreas, como alimentos, cosméticos, produtos de limpeza, tabaco, serviços de saúde, medicamentos, sangue, órgãos, produtos para laboratório, propaganda, portos, aeroportos e fronteiras.

Ela lembrou que muitas pessoas nem sequer têm consciência de que usam os serviços da agência. A assessora citou os produtos de beleza usados por cabeleireiros. Para serem liberados, esses produtos passaram por um longo processo de análise dos riscos à saúde.

Marizete de Oliveira Silva, que representou o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), disse que é preciso aproximar a vigilância do controle social:

— Quando informamos a sociedade corretamente, ela sabe o que exigir e como exigir.

Paulo Paim defendeu a valorização dos profissionais de vigilância sanitária. Após informações dos participantes de que agentes ganham um salário mínimo, ele disse considerar o dado alarmante.

Comissão analisa projetos que ampliam proteção ao consumidor

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) retoma a agenda de votações hoje e analisa três projetos que ampliam mecanismos de proteção ao consumidor. Entre as propostas, está o substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) ao PLS 399/2013, que confere aos Procons a função de fixar prazo para reparação por parte de fornecedor que infringir direitos dos clientes.

Os Procons poderão estabelecer prazo para cumprimento de medidas como substituição de produto, devolução de valores pagos pelo consumidor ou cumprimento da oferta anunciada pelo fornecedor.

Também na pauta o PLS 213/2014, que estabelece que as empresas de telecomunicações sejam multadas em valor

proporcional ao número de reclamações que receberem e fiquem proibidas de comercializar novas linhas telefônicas.

A proposta é de Eduardo Amorim (PSC-SE), para quem a massificação da telefonia não tem sido acompanhada de melhoria do serviço. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), deu voto favorável com uma emenda de ajuste no texto.

Será analisado ainda o PLS 239/2014, que confere a todos os grandes consumidores de energia o direito de escolher no mercado livre o fornecedor de eletricidade. A proposta é de Delcídio do Amaral (PT-MS), com voto favorável de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

A reunião da CMA, que deve analisar ainda outros quatro projetos, será às 9h30.

Proposta proíbe ligação telefônica não identificada

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) pode votar hoje, em decisão terminativa, projeto que torna obrigatória e gratuita a identificação do número do telefone da chamada (código de acesso do assinante). O objetivo é evitar crimes cometidos por telefone e coibir abusos dos serviços de telemarketing e de cobranças.

O PLS 433/2013, do ex-senador Vital do Rêgo, estabelece que as prestadoras de telefonia fixa ou móvel oferecerão ao usuário, sem custo, o serviço de identificação do código de acesso originador da chamada. O texto também proíbe a oferta de serviços ou equipamentos que impossibilitem a identificação dos códigos.

Vital ressalta que chamadas não identificadas têm sido usadas pelo crime organizado, “que procura aterrorizar as vítimas sob o manto do anonimato”. As ligações aparecem na tela do telefone com expressões como “bloqueado”. Se o número fosse identificado, diz ele, a polícia poderia rastrear e prender os bandidos.

Texto fixa multa para atraso em entrega de imóvel

As construtoras poderão passar a contar com um período máximo de 180 dias de atraso na entrega de obras, mas após o prazo poderão ser obrigadas a pagar multa mensal equivalente a 0,5% do valor até então pago pelo comprador e mais multa compensatória de 1% sobre o montante já quitado.

É comum a previsão de período de tolerância para entrega de imóveis vendidos em construção, mas não há padronização quanto a extensão do atraso. A lei que regulamenta as incorporações imobiliárias (Lei 4.591/1964) não fixa o período nem define valor de multa por descumprimento de prazo. Pode ser

mudada para prever o máximo de 180 dias de atraso, contados da data fixada para entrega das chaves, e os percentuais de multas, conforme o PLC 16/2015, do deputado Eli Corrêa Filho (DEM-SP).

O projeto está na Comissão de Meio Ambiente (CMA), com voto favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

Educação ambiental pode ser matéria de colégio

Está na pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o PLS 221/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar o tema da educação ambiental matéria obrigatória para os alunos de todas as séries dos níveis fundamental e médio. Hoje,

as escolas apenas tratam princípios do assunto integrados a outros itens curriculares. Se aprovado, o projeto será avaliado em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE).

“A educação ambiental é tratada como um tema transversal, o que inviabiliza a prática contínua, permanen-

te e com conteúdo próprio. Assuntos como reciclagem, sustentabilidade, medidas de reúso de água, ecologia devem ser tratados com a devida importância”, defende o senador na justificativa da proposta.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou voto pela aprovação, sem emendas.



Projeto na pauta permite que Procon fixe prazo para fornecedor reparar dano



Comissão de especialistas foi instituída pelo Senado com o objetivo de atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica

Operador será obrigado a informar acidente aéreo

Medida deverá estar no Código Brasileiro de Aeronáutica e esclarece que a notificação deve ser feita para qualquer ocorrência em território nacional. Atualmente, investigações estão a cargo do Cenipa

O TEXTO DO Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) deverá conter dispositivo para deixar claro que todo operador de aeronave envolvida em incidentes ou acidentes em território nacional é obrigado a notificar a ocorrência à autoridade de investigação do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer). Essa é uma das sugestões do subgrupo que trata do Sipaer na comissão criada pelo Senado para estudar a reforma do atual CBA.

O relatório do subgrupo foi apresentado em reunião da comissão ontem. O coordenador, Fernando Silva Alves de Camargo, esclareceu que a legislação vigente contém essa obrigação apenas de modo indireto, ao definir como infração, por parte do operador, deixar de informar à autoridade incidente ou acidente envolvendo o equipamento.

O operador é a pessoa ou empresa que responde de fato pelo uso da aeronave, seja o proprietário ou preposto, fretador ou arrendatário. Segundo o dispositivo agora sugerido, a notificação é obrigatória para os operadores nacionais de

aeronaves civis mesmo no caso de ocorrências verificadas fora do território nacional.

— Às vezes a gente toma conhecimento do que aconteceu e, quando procura ver, nem existe mais a aeronave, eventualmente incendiada ou enterrada — comentou.

As atividades de investigação de acidentes aeronáuticos ficam a cargo do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes (Cenipa), órgão central do Sipaer. Hoje, o papel legal do Sipaer é “planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades de investigação e de prevenção de acidentes aeronáuticos”.

Relatório sobre aviação civil discute função da Autoridade Aeronáutica

O grupo responsável pelas regras gerais referentes à aviação civil também apresentou relatório. Segundo o coordenador, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, um dos desafios foi estabelecer distinções mais claras quanto ao papel da Autoridade Aeronáutica no tocante ao que cabe à Aeronáutica, a força militar, responsável pela navegação e

Se passar a valer a proposta do subgrupo, o trecho “acidentes aeronáuticos” será substituído por “ocorrências aeronáuticas”, para abranger tanto acidentes como os incidentes e outros problemas que não chegam se caracterizar como um acidente, mas que afetam ou podem afetar a segurança da operação.

Outro objetivo é incluir a função “normatizar” entre as que já cabem ao Sipaer, por meio de atos regulamentadores. Camargo explicou que esse papel não está explicitado, sendo entendida como mera derivação da atual função orientadora.

ao tráfego aéreo, entre outras funções, e ao que compete à autoridade civil de aviação, por meio da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Segundo ele, o texto reflete questões como a necessidade de definir regras para autorização e definição de áreas para os voos em veículos não tripulados, assim como normas claras para voos acrobáticos.

PEC que exclui ilhas do rol de bens da União pode avançar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar amanhã proposta de emenda à Constituição (PEC 71/2013) que exclui expressamente da relação de bens da União as ilhas costeiras que são sede de municípios, como as cidades de Florianópolis, Vitória e São Luís. A iniciativa partiu de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e tem voto favorável da relatora, Rose de Freitas (PMDB-ES).

De acordo com a argumentação de Ferraço, a Emenda Constitucional 46/2005 já teria excluído as ilhas costeiras que sediam municípios do rol de bens da União. No entanto, até hoje persistiriam dúvidas sobre o dispositivo constitucional reformulado, o que

tem levado proprietários de imóveis urbanos nestas áreas a serem taxados em duplicidade pelos governos federal e municipal.

“Esta PEC pretende superar esse impasse, deixando claro no texto constitucional a exclusão dos bens da União das áreas de terrenos de marinha e seus acréscidos existentes nas ilhas costeiras, sede de municípios. Dessa forma, sem colocar em risco a receita da União, mas vislumbrando um benefício significativo para grande número de brasileiros, se encaminha a solução definitiva para a questão que envolve a propriedade dos terrenos de marinha”, argumenta Ferraço na justificativa da PEC 71/2013.

A relatora, Rose de Freitas, recomenda a aprovação da medida.

“São colidentes e inconciliáveis as interpretações hoje atribuíveis ao aludido dispositivo. Para alguns, permanece como propriedade da União a área de sede de município em ilha costeira situada em terreno de marinha. Para outros, a redação alterada elimina essa dominialidade federal. Nessa moldura normativa, resta impositivo que seja novamente alterado o regime constitucional de domínio eminente da União”, considera a relatora.

Depois de passar pela CCJ, a PEC 71/2013 seguirá para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Lei que dispensa os tratores de licenciamento já está em vigor

Tratores e outros aparelhos automotores destinados a arrastar equipamentos agrícolas estão isentos de licenciamento e emplacamento. A mudança está na Lei 13.154/2015, publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira e que entrou em vigor no mesmo dia.

Desde que facultados a transitar em via pública, esses veículos estarão sujeitos a registro, sem custo, em cadastro específico no Ministério da Agricultura. O texto derivou do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2015, resultante da Medida Provisória 673/2015.

As máquinas, porém, não estão dispensadas de pagar o seguro obrigatório de danos causados por veículos, o DPVAT. O dispositivo que previa a isenção foi vetado pela presidente Dilma Rousseff. A presidente alegou que o seguro é fundamental para garantir reparos e indenizações de forma rápida a vítimas do trânsito. Também foi vetado dispositivo que enquadrava o transporte clandestino de passageiros como infração gravíssima, com multa e apreensão do veículo.

A nova lei, por meio das alterações feitas pelo Congresso na MP, passou ainda a estender aos operadores de máquinas de construção ou de trator as mesmas regras definidas para a categoria dos motoristas profissionais — como direito a horas extras, jornada máxima e período de descanso.

Outra mudança trazida pela lei é a punição maior para motoristas que transitarem em faixas e vias exclusivas de ônibus. O texto altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para transformar em infração gravíssima a ocupação de faixas e corredores reservados ao transporte coletivo de passageiros. Quem for pego trafegando em pistas exclusivas nos horários proibidos será penalizado com sete pontos na carteira e multa de R\$ 191,54, além de ter o veículo apreendido.

Entre outras alterações, passa também a valer dispositivo que obriga os condutores habilitados nas categorias C, D ou E a participarem de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de um ano, atingirem 14 pontos negativos na carteira.



Maquinário agora terá registro específico e isento de IPVA e outras taxas

Gurgacz celebra nova legislação sobre máquinas agrícolas

Acir Gurgacz (PDT-RO) celebrou a sanção da lei que isenta tratores e máquinas agrícolas de licenciamento, emplacamento e pagamento de taxas.

— Com a nova lei, os agricultores terão apenas que registrar seus tratores num cadastro único do Ministério da Agricultura, o que servirá para o controle da frota, beneficiando o agricultor.

Segundo o senador, a medida vale para veículos artesanais, como os jericos, muito usados em Rondônia. A regra ainda iguala os tratoristas aos motoristas profissionais, com mesma jornada de trabalho e com direito a até quatro horas extras ao dia, se previsto em acordo coletivo de trabalho.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bezerra comemora 15 anos do Porto Digital do Recife

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) comemorou ontem os 15 anos do Porto Digital, um polo de desenvolvimento de softwares e de tecnologia de informação no centro histórico do Recife.

— Nestes 15 anos de existência, muitos bons negócios foram realizados sob o guarda-chuva do Porto Digital. A iniciativa agora ultrapassa as fronteiras do Recife, com a inauguração de dois armazéns da criatividade no interior do estado.

O senador explicou que o projeto reúne cerca de 150 empresas de software, games, música, fotografia e outras atividades da chamada economia criativa.



Waldemir Barreto/Agência Senado